

# Defesa precisa ter ministério

26 FEV 1986

CORREIO BRAZILIENSE

Rio — A proposta de criação do Ministério da Defesa Nacional, para estabelecer a coordenação entre as três Forças Armadas, está sendo estudada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, reunida ontem no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. A sugestão foi apresentada ao Comitê de Defesa do Estado pelo cientista político Hélio Jaguaribe, membro da comissão criada pelo presidente Sarney e que deverá concluir em julho o relatório sobre a nova Constituição.

Segundo Jaguaribe, é indispensável a presença de um civil no Ministério da Defesa para desvincular as rivalidades militares. Ele considera que o novo ministério aumentará a capacidade operativa das três forças militares e afirma que, no atual sistema, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) tornou-se "um órgão de planejamento, com pouco poder impera-



tivo e separado das três forças".

## MEDIDAS

Durante a reunião de ontem, o Comitê de Defesa do Estado aprovou a proposta de criação do "estado de alarme", previsto para situações que requerem a intervenção federal na proteção da parte pública e da ordem democrática, sem a gravidade que exige o estado de sítio. A sua decretação

dependerá do presidente da República, após consulta ao Conselho de Defesa Nacional e imediata apreciação do Congresso Nacional.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou também a fixação de critérios para a intervenção de União nos Estados, que só poderá ocorrer em casos de greve perturbação da ordem, se o Estado deixar de entregar aos municípios as quotas a eles destinados e se suspender, por mais de dois anos consecutivos, o pagamento de sua dívida. Ficou também aprovado que nenhuma entidade sindical poderá sofrer intervenção, ser suspensa ou dissolvida pela administração pública, senão por decisão judicial, após amplo direito de defesa. Estiveram também reunidos ontem diversos outros comitês, como sobre Meio Ambiente, Saúde, Ciência e Tecnologia, Ordem Social e Poder Judiciário.

## Comissão sugere manter tradição

Rio — No anteprojeto da Constituição a ser proposto pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, sugerindo um novo regime de governo, já definido como dualista, a figura do primeiro-ministro deverá ter uma denominação também adaptada à realidade brasileira. Os membros dos comitês temáticos que estudam a estrutura do novo regime concluíram ontem, por maioria, que o ideal será que haja um "presidente do conselho de ministros".

A tese do professor Miguel Reale, cujo trabalho foi discutido ontem para a apresentação das emendas finais, de que deveria ser mantida a expressão "primeiro-ministro", tendo em vista que as suas atribuições estariam bem além da de presidente apenas do conselho, foi

derrubada pela emenda do professor Pinto Ferreira, que tinha o apoio de Afonso Arinos, pela manutenção da tradição brasileira advinda do Império.

De acordo com as razões apresentadas por Pinto Ferreira, não procede a alegação de que a expressão é arcaica, pois a atual Constituição do Peru adota o termo e na Espanha, que consagra a dualidade de poderes, o chefe do governo é chamado presidente do governo, presidente do conselho de ministros.

## JUDICIÁRIO

O professor Miguel Reale, coordenador do comitê que discutiu o Poder Judiciário, disse que não foi aprovada a necessidade de criação no País de cortes constitucionais, a

exemplo das que existem em outros países, para a solução dos problemas que envolvam matéria constitucional. Segundo ele, concluiu-se pela revisão das atribuições do Supremo Tribunal Federal, em questões específicas de matérias constitucionais, enquanto uma outra instância, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) ficaria encarregado dos recursos extraordinários. Reale informou ainda que a idéia da comissão é descentralizar o Tribunal Federal de Recursos, regionalizando-o até o ponto em que seria substituído pelo STJ.

O comitê que cuida dos Princípios Fundamentais da nova Carta aprovou o direito de voto aos brasileiros com 16 anos. Esta seria uma fórmula de rejuvenescer o eleitorado e mudar o quadro eleitoral.

## Aposentado não pagará imposto

Rio — Reunida ontem, a comissão que está elaborando subsídios para a nova Constituição, aprovou a sugestão de que os aposentados (trabalhadores e servidores civis e militares) sejam isentos do pagamento de impostos, taxas e contribuições e que seus proventos deverão ser reajustados de acordo com as mesmas condições e na mesma época das categorias em atividades.

Aos aposentados serão asseguradas isenções fiscais sobre os proventos e sobre a atividade que vierem a desenvolver no mesmo ramo em que se aposentaram, desde que ministrem, nesta tarefa, seus conhecimentos de ofício ou de profissão.

A comissão garantiu, ainda, aos deficientes físicos a melhoria de sua condição social e econômica. Eles terão educação especial e gratuita. Ficam, também, proibidas quaisquer discriminações contra os deficientes em relação à admissão ao trabalho ou ao serviço público, sem prejuízo de salário.

## TRABALHO

Direito de greve; estabilidade no emprego e fundo de garantia por Tempo de Serviço; legalização das comissões de fábrica; redução da jornada

de trabalho para 40 horas; fim da discriminação de idade para efeito de obtenção de emprego; e fim da proibição para que mulheres trabalhem em lugares insalubres em horários noturnos foram outros pontos aprovados ontem pela comissão. As sugestões, como outras decididas pelos Comitês temáticos, serão submetidas à reunião plenária da comissão, marcada para o próximo mês, no Hotel Glória, no Rio.

Para o empresário Antônio Ermírio de Moraes que teve o seu voto vencido com a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, vai ser muito difícil competir com outros países que trabalham mais que o Brasil. Citou como exemplo a Indonésia, onde o regime é de 50 horas semanais e as condições de pagamento são até inferiores. Segundo ele, um país sem condições de competir no mercado internacional corre o risco de recessão e de desemprego e, conseqüentemente, da marginalidade.

A redução da jornada de trabalho também foi alvo, recentemente, de estudos pela CUT — Central Única dos Trabalhadores. A Câmara está examinando a matéria e, portanto, mesmo antes de chegar ao anteprojeto da Constituição, a medida poderá ser aprovada.

## MEIO AMBIENTE

Pela primeira vez na história do País, a questão do meio ambiente será colocada na Constituição. A Comissão Provisória para Estudos Constitucionais vai levar ao Presidente da República, e, posteriormente, à apreciação da Assembleia Nacional Constituinte, proposta para que a decisão de instalação de usinas nucleares e hidroelétricas seja previamente aprovada pelo Poder Legislativo.

O transplante de órgãos humanos, diante de sua complexidade, foi a questão mais discutida, durante a reunião de ontem, do Subcomitê sobre Meio Ambiente, Saúde e Ciência e Tecnologia. Segundo o coordenador do comitê professor Eduardo Portela, a prévia declaração para o transporte é muito difícil, "porque ninguém aceita a idéia da morte".

Ele adiantou que o esforço dos membros do comitê está direcionado no sentido de estabelecer que, a partir do instante em que não haja manifestação do paciente, ficaria implicitamente autorizado o transplante. "Mas isto é um assunto muito polêmico, que irá se arrastar até a elaboração da nova constituição", comentou Eduardo Portela.